

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMIENTO N°** \_\_\_\_\_, DE 2013.

**(Do Sr. Mendonça Filho)**

Solicita a convocação da Excelentíssima Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Sra. Ideli Salvatti Garcia, para prestar informações a respeito de supostas 'chantagens' que o Governo federal esteja sofrendo, em face de votações pendentes de apreciação por parte do Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação da Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Sra. Ideli Salvatti Garcia, para prestar informações a respeito de supostas 'chantagens' que o Governo federal estaria sofrendo, em face de votações pendentes de apreciação por parte do Congresso Nacional.

## Justificativa

A Ministra Ideli Salvatti – em entrevista ao Estado de São Paulo – declarou que tem sofrido ‘chantagens’ por parte de parlamentares, em troca de votações no Congresso Nacional. “Vou te dizer que essa possibilidade existe e de vez em quando acontece”, teria dito a Ministra.

Ainda na entrevista, a Ministra informou a liberação de R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares e que isso ajudaria a “desanuviar o céu de Brasília”. Segundo consta da matéria, “...os legisladores estão ressentidos porque o dinheiro das emendas parlamentares ainda não começou a pingar. A ministra se esquivava: ‘No

ano passado, que o orçamento foi votado na época certa, eu já estava empenhando as emendas em abril e este ano ainda nem comecei. Mas foi responsabilidade nossa? Não. Eles poderiam ter votado o orçamento no ano passado’.”

Tais declarações, além de acintosas contra o Parlamento, merecem esclarecimento e investigação. Se a Sra. Ministra encontra-se acuada, ou melhor, ‘chantageada’ – como literalmente declarou – há que dar as devidas explicações e apresentar as providências adotadas para que possa fazer seu trabalho sem nenhuma pressão, a não ser a que decorra do estrito interesse público. Ademais, não se pode permitir que o trato com o dinheiro público seja feito mediante chantagens e barganhas, se é que isto está acontecendo, como a Sra. Ministra relata.

Pelas razões expostas, propugnamos pela aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

**Mendonça Filho**

Deputado Federal